

RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.577 - PA (2015/0024618-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : R. P. MADEIRAS LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA QUE SE MANIFESTE ACERCA DE EVENTUAL INTERRUPTÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO EXECUTIVO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA contra acórdão do TRF da 1a. Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE. COMPROVAÇÃO DE CAUSA INTERRUPTIVA OU SUSPENSIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E SUBVERSÃO DA ORDEM PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA.

1. *A intimação prévia da exequente para que se manifeste acerca de eventual interrupção ou suspensão do prazo prescricional não subverte a ordem processual nem viola o devido processo legal ou a presunção de liquidez e certeza do título.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

2. Em seu Apelo Nobre, fundado no art. 105, III da Constituição Federal, a parte Recorrente suscita afronta dos arts. 2o., 3o., 6o. e 7o. da Lei 6.830/1980, sob o argumento de que "*afronta a presunção de liquidez e certeza do título executado, promovendo verdadeira inversão ilegal do ônus da prova com o efeito de*

Superior Tribunal de Justiça

gerar indevida presunção de que a cobrança estaria prescrita com base unicamente no intervalo entre a lavratura do auto de infração e o vencimento do crédito relatado na CDA" (fl. 59).

3. Defende, em suma, que seja declarada a ilegalidade da exigência adicional de apresentação prévia de causas de suspensão e interrupção do prazo prescricional, com o consequente prosseguimento do feito com a expedição de mandado de citação e penhora nos termos do art. 7º. da Lei nº 6.830/1980.

4. Juízo positivo de admissibilidade às fls. 66/69.

5. É o relatório.

6. Sendo o Apelo Nobre interposto na vigência do Código Buzaid, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado administrativo 2/STJ).

7. A Corte local determinou a intimação do exequente para comprovar a ocorrência de possível causa suspensiva ou interruptiva do lapso prescricional, com base em dados da CDA, conforme trecho do acórdão impugnado:

O procedimento adotado não afronta a presunção de liquidez e certeza do título. Ausente, assim, a alegada inversão do ônus da prova. Os dados levados em conta pelo magistrado foram aqueles apostos na CDA.

Atento justamente a essa presunção, antes de extinguir o feito, determinou a regular intimação do exequente, que poderá se manifestar nos autos e suscitar todas as questões impeditivas à declaração de prescrição.

Ademais, o juiz a quo poderia ter declarado a prescrição, nos termos das Súmulas 409 e 467 do STJ, mas entendeu por bem dar oportunidade à parte exequente para se manifestar acerca de uma possível causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional.

E ainda, nos termos do art. 219, § 5º, do CPC, desnecessária a prévia intimação do exequente (fls. 41).

Superior Tribunal de Justiça

8. Da leitura do trecho supra, fica evidente que, para se chegar a conclusão diversa, seria necessário o reexame das provas carreadas aos autos, o que, entretanto, encontra óbice na Súmula 7/STJ, segundo a qual *a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA QUE SE MANIFESTE ACERCA DE EVENTUAL INTERRUPTÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO EXECUTIVO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. *Hipótese em que o acórdão recorrido consignou que o procedimento adotado na origem não afronta a presunção de liquidez e certeza do título executivo, e que "os dados levados em conta pelo magistrado foram aqueles apostos na CDA" (fl. 43, e-STJ). Dessa forma, a revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.*

2. *Ademais, não tendo o agravante trazido nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, o qual se mantém por seus próprios fundamentos, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*

3. *Agravo Regimental não provido (AgRg no REsp. 1.513.747/PA, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 4.8.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. EXECUÇÃO FISCAL. CDA. REQUISITOS DE VALIDADE NÃO PREENCHIDOS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RESP 1.345.021/CE.

1. *A aferição acerca do preenchimento dos requisitos essenciais à validade da CDA, no caso concreto, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Entendimento fixado pela Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp*

Superior Tribunal de Justiça

1.345.021/CE, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 02.08.2013.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 195.562/PB, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 18.3.2015).

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

